



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima, s/n – Cambeba – Fortaleza – Ceará - CEP 60.830-120
DDD (085) Telefone: 3207.7178 – fax – 3207.7190 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

**TERMO DE INSPEÇÃO REALIZADA NA COMARCA DE PENTECOSTE,
EM CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES CONSTANTE DA PORTARIA
Nº 154/2013, DE 18 DE SETEMBRO DE 2013, DA LAVRA DO
EXCELENTÍSSIMO DESEMBARGADOR FRANCISCO SALES NETO,
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ.**

No dia 19 (dezenove) do mês de novembro do ano de 2013, às 08:30 horas, na Comarca de Pentecoste, onde presentes se achavam o Juiz Corregedor Auxiliar Dr. Neuter Marques Dantas Neto; a Dra. Cynthia Nóbrega Pereira Franklin Thomáz, a Diretora de Secretaria Damaria Gomes de Sousa Barros, e demais servidores lotados na unidade, teve início a inspeção correcional ordinária, nos termos do ato administrativo acima epigrafado. Ao iniciar as atividades, o Juiz Corregedor Auxiliar informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a fiscalização, fazendo referência aos dados do Formulário de Inspeção, Correição e Visita (FICOVI), previamente preenchido sob responsabilidade da Vara e encaminhado à Corregedoria. Após a conferência dos dados constantes do mencionado formulário, iniciou-se o exame das ações em curso no Juízo, priorizando-se a análise em relação às ações referentes aos presos provisórios e sentenciados, além das cartas precatórias. Por amostragem, foram analisados os processos submetidos às Metas 2 de 2009 e 2 de 2010, processos conclusos com prazos excedidos e aqueles que, por expressa previsão legal, exigem tramitação prioritária.

Foram analisados e despachados 430 (quatrocentos e trinta) feitos do acervo em tramitação (1.780 ações), sendo 300 (trezentos) planilhados no sistema o que corresponde a 24,15% do acervo, tomando-se por base as informações constantes do SGEC, no mês de outubro de 2013.

Por ocasião dos trabalhos, constatou-se que os feitos na sua grande maioria têm andamento célere, merecendo destaque o trabalho exercido pelo juíza titular da unidade.

METAS CNJ: Constatou-se 36 (trinta e seis) processos da Meta 02 de 2009 e 78 (setenta e oito) processos da Meta 02 de 2010.

Quanto às cartas precatórias: verificou-se pequena quantidade de cartas precatórias,

33 (trinta e três) no total, sendo que todas estão com andamento regular e/ou aguardando realização de audiência.

ESTATUTO DO IDOSO: As causas relacionadas ao Estatuto do Idoso tramitam de forma prioritária, atendendo assim expressa disposição legal. Registre-se que todos os feitos contam com etiqueta identificadora.

TRIBUNAL DO JÚRI: Existem 48 processos prontos para júri. A última sessão ocorreu no dia 04 de novembro de 2013.

Verificou-se que os **mandados de prisão** expedidos pela unidade indicam o prazo de validade com base na causa extintiva da punibilidade, atendendo assim expressa recomendação do CNJ.

Ações afetas ao Juizado da Infância e da Juventude: a Vara possui competência para questões envolvendo crianças e adolescentes, havendo 125 (cento e vinte e cinco) procedimentos. Não há nenhum menor cumprindo medida de internação.

Bens, armas, munições e substâncias entorpecentes apreendidas: Armas de fogo apreendidas logo que chegam à Secretaria, são armazenados no arquivo próprio da Secretaria, que por sua vez, fica aguardando a chegada da Assessoria Militar do Tribunal de Justiça para proceder recolhimento das mesmas, quanto à incineração das drogas, a secretaria armazena e quando se acumula grande quantidade é feita a incineração. Não há no arquivo armas de fogo.

AÇÕES CÍVEIS: A unidade possui 981 (novecentos e oitenta e um) feitos cíveis. Registrando-se pequeno atraso que se justifica em razão da juíza titular ainda responder pelos expedientes das Comarcas Vinculadas de Apuiarés e General Sampaio. A título de exemplo, foram destacados os seguinte processos: ACP 148-81.2007.8.06.0144/0 e 38-87.2004.8.06.0144/0. Ainda na seara cível, foi destacado para análise circunstanciada por ocasião do relatório final, o processo registrado sob o número 4624-55.2013.8.06.0144/0, onde são partes Dominus Consultoria Empresarial (autora) e Centrais Elétricas Brasileiras SA - Eletrobrás (acionada).

ACÕES CRIMINAIS: analisadas as ações de réus presos, num total de 23 (vinte e três) encarcerados, não se detectou irregularidades. Todas as cartas de guia foram enviadas ao Mutirão Carcerário. Assim como os feitos cíveis, verificou-se diminuto atraso na tramitação dos processos criminais, merecendo destaque apenas os feitos envolvendo os réus Romenes Teixeira, Tiago Silva, Francisco José Nascimento, Raimundo Moreira de Sousa, Marcelo Miranda da Paz, Antônio Jéferson de Oliveira, Francisco Fabiano Braga, Lindembergue Ferreira, Antônio Jéferson Félix e Wesley Lopes da Silva. Todavia, por ocasião da visita à cadeia, foi informado pela magistrada titular que dará prioridade aos processos envolvendo os encarcerados citados.

AUDIÊNCIAS: A Juíza titular realiza audiência na Comarca de terça às sexta-feira.

PROJETO PAI PRESENTE: Orientações foram repassadas com relação ao assunto, procurando reforçar a atuação para a correta implementação do projeto. Com relação

ao tema, verificou-se que o projeto está em pleno andamento com a convocação das mães com a finalidade de fornecer os endereços dos supostos pais, para posterior realização de audiência conciliatória.

DEMAIS MATERIAS: O quadro de Agentes de Proteção da Infância e Juventude não existe. Não há Defensor Público em atuação no módulo judiciário. Existem 02 (dois) advogados pagos pela Prefeitura que atende as pessoas carentes. A Vara tem como representante do Ministério Público a Dr. Antônio Monteiro Maia Júnior. Com referência às Metas Nacionais do Judiciário, cumpre pontuar o seguinte: i) a unidade encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores (META 3 de 2009); ii) A juíza titular está cadastrada nos sistemas Infojud, Renajud e Bacenjud (META 8 de 2009). A juíza não concluiu a capacitação em Administração Judiciária (META 8 de 2010); iii) Encontra-se implantado na unidade o sistema de registro audiovisual de audiências (META 2 de 2011). O atendimento ao público ocorre no período das 08 às 18 horas. e) a unidade utiliza o MALOTE DIGITAL; f) constata-se que a Meta 3 de 2011 foi cumprida uma vez que ingressaram 797 ações e foram julgados 938 processos g) a unidade não cumpriu a Meta 1 de 2012 (dados do SGEC) uma vez que ingressaram 697 processos e foram julgados 488.; h) quando considerados os dez primeiros meses de 2013, de acordo com dados extraídos do SGEC, constata-se que a Meta 1 de 2013 não está sendo atingida, uma vez que foram distribuídos 689 processos e julgados 574. iii) Banco Nacional de Mandados de Prisão – Resolução 137/11-CNJ: os mandados encontram-se cadastrados.

LIVROS: foram analisados os seguintes livros: i) livro de tombo nº 07; ii) livro de carga precatória criminal iii) livro de registro de ações criminais; iv) livro de carga precatória cível; v) livro de protocolo; vi) livro de entrega de autos aos advogados; vii); livro de registro de audiência juiz da infância e da juventude; viii) livro de controle autos promotor; ix) livro de registro de ações cíveis nº 03; x) livro de registro de ações criminais nº 02; xi) livro de registro de ações cíveis juizado especial; xii) livro registro de carta de ordem.

INSTALAÇÕES FÍSICAS DO FÓRUM: Com relação às instalações físicas da unidade, verificou-se que a Comarca se encontra em boas instalações. Não há instalação adequada para o acesso de pessoas com necessidades especiais, Constatou-se, também, que os equipamentos (computadores e impressoras) existentes na Secretaria são suficientes para o regular andamento dos feitos judiciais em tramitação (9 PC's e 3 impressoras). Há segurança no fórum pelo período diurno feita pela Polícia Militar e no período noturno pelo vigia cedido pela Prefeitura Municipal. O prédio não conta com câmeras de circuito interno de TV ou detectores de metal.

RESIDÊNCIA OFICIAL: Existe e fica localizada à Avenida Tabelião Francisco Alves, 134, tendo sido considerada inabitável pelo departamento de engenharia do TJCE. A magistrada reside em um imóvel alugado localizado na Rua Luiz Soares do Carmo nº 31/apt. 103 – Centro/Pentecoste.

SERVIDOR: A unidade conta com 11 (onze) servidores, sendo 04(quatro) do quadro do TJCE e 7(sete) requisitados da Prefeitura Municipal de Pentecoste.

CENTRAL DE CONCILIAÇÃO. Não existe.

BOAS PRÁTICAS: Foi colocada uma tarja vermelha nos processos dos presos provisórios para facilitar localização e trâmite mais célere.

CONSELHO DA COMUNIDADE: Foi instalado em 19/11/2008, Portaria nº 11 de 2008, mas está inativo.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS: Existe 01(um) processo administrativo (proc 27-82.2009.8.06.0144/0) tramitando na Comarca em face dos cartorários do 1º e 2º Ofícios.

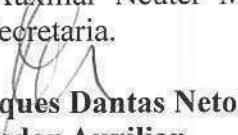
RECLAMAÇÕES: Não foram registradas reclamações específicas quanto ao desempenho do Juízo.

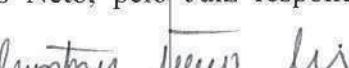
CADEIA PÚBLICA: Há cadeia pública na Comarca. O prédio fica localizado na Rua Agapito Cordeiro, s/n, Centro, conta com 05 (quatro) celas somente para presos do sexo masculino, abrigando atualmente 59 detentos, sendo 52 no regime fechado, e 06 no semiaberto e 01 cumprindo pena no regime aberto. Registre-se ainda que o prédio apresenta infiltrações na sua estrutura, gerando, inclusive, alagamentos por ocasião das chuvas. O responsável pela cadeia é o agente penitenciário José Wilson Torres.

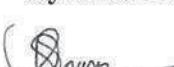
RECOMENDAÇÕES: sem prejuízo de outras recomendações que venham a ser lançadas ao relatório final, foram formuladas as seguintes, já por ocasião do encerramento da inspeção: 1) deve haver especial empenho da unidade quanto ao cumprimento das Metas 2 de 2009 e 2 de 2010; 2) Recrutamento de agentes da Infância e da Juventude; 3) Impulsionar o Projeto Pai Presente. 4) providenciar a migração do acervo restante para o sistema SPROC. 4) Priorizar os feitos que envolvam réus presos. 5) solicitar junto à Secretaria de Justiça do Estado uma tela de proteção para o pátio da cadeia 6) Sugere-se que a magistrada conclua o curso de capacitação em Administração Judiciária. 7) Instalação da Central de Conciliação.

Por fim, o Juiz Corregedor Auxiliar deu por ultimada a Inspeção às 19:30 horas, do dia 19 de novembro de 2013, cujo resultado será formalmente apresentado ao Conselho Superior da Magistratura, através de circunstanciado relatório, o qual será instruído com as planilhas e papéis, onde constarão os registros pertinentes, com o resumo de todo trabalho desenvolvido, os resultados obtidos e demais providências a serem adotadas.

E, para constar, foi lavrado o presente termo, que vai devidamente assinado pelo Juiz Corregedor Auxiliar Neuter Marques Dantas Neto, pelo Juiz respondente e pela Diretora de Secretaria.


Neuter Marques Dantas Neto
Juiz Corregedor Auxiliar


Cynthia Nóbrega Pereira Franklin Thomáz
Juíza Titular


Damaria Gomes de Sousa Barros
Diretora de Secretaria